



Uma Escola emancipadora quebra fatalismos e constrói a liberdade e o futuro

A aprendizagem formal desenvolve as capacidades de aquisição, compreensão e aplicação de conhecimentos. Numa perspetiva emancipadora, a educação de qualidade vai mais longe e expande o raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas, bem como o pensamento crítico e científico, a autonomia, o juízo baseado em valores e na criatividade, em todas as dimensões da vida.

Para cumprir esta missão, a escola tem de proporcionar conhecimento, desafios, experiências e vivências que permitam aos jovens desenvolver também as capacidades cognitivas superiores já referidas. Existe esta dimensão de construção biológica do ser humano, nomeadamente do sistema nervoso central, cujo crescimento define a preparação de cada um e de cada uma para a aprendizagem e para a vida e que não termina nos 12 anos de escolaridade.

Está hoje bem estabelecida a relação entre habilitações académicas e condições socioeconómicas das famílias e o sucesso escolar e o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens. A desigualdade existente reflete precisamente o acesso a experiências, vivências e relações de qualidade desde os primeiros anos de vida, infância e juventude.

Quando não se cumpre o direito a uma educação de qualidade, perpetua-se uma desvantagem, que se torna intrínseca, contrária à igualdade de oportunidades e falseadora do tão propagado mérito.

A escolaridade, desde a creche, tem aqui um papel central como promotora do crescimento do próprio indivíduo em todas as suas dimensões, recusando o fatalismo da sua condição: ser uma escola transformadora e inconformada, que muda cada aluno e aluna e, consequentemente, melhora a sociedade futura.

Por isso, a Escola Pública não é apenas um serviço público, emerge como grande motor de transformação pessoal e social, pelo que representa de construção de cada criança e jovem. Este projeto de sociedade é um combate necessário, como afirma Marina Garcés¹, e requer a afirmação da liberdade e da dignidade da experiência humana na sua capacidade de aprender sobre si mesma.

O objetivo do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória é guiar a escola no desenvolvimento integral do ser humano em diversas áreas, nos princípios e também nos valores, como a liberdade, a inclusão, a cidadania e a participação cívica, entre outros. Estas são as ferramentas para um futuro cada vez mais incerto e no qual parece em risco a liberdade e até a própria democracia.

Há retrocessos civilizacionais em curso, como no caso do guia sobre identidade de género *“O Direito a Ser nas Escolas”*, que PSD e CDS-PP querem que seja retirado dos estabelecimentos de ensino. Este manual contém orientações para a prevenção e combate à discriminação e à violência, para promover a inclusão e a segurança nas escolas.

¹ Garcés, Marina. “Novo Iluminismo Radical”. Orfeu Negro. Lisboa, 2023.



E o que dizer da recente reviravolta do PSD que acabou de se juntar ao CDS para rever a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, nomeadamente os chamados “*conteúdos ideológicos*”, pressionando a intenção do MECI já anunciada de rever aspectos que considera “*não consensuais*”, leia-se, as questões LGBT, Igualdade de Género e Educação Sexual? Uma direita obscurantista e timorata que se junta ao partido da extrema direita para privar as crianças e jovens de informação e de ferramentas essenciais à sua liberdade e à segurança do próprio corpo, omitindo que se trata de uma questão de Direitos Humanos que o Estado tem obrigação de defender.

Ora, os valores e princípios não se adquirem sem vivências e experiências só possíveis numa escola democrática e inclusiva que promova a participação, o ser escutado e o sentir-se como parte de um coletivo solidário.

A construção cognitiva não se faz sem uma aprendizagem ativa num ambiente pedagógico rico no qual, mais importantes que os resultados anotados e a transmissão do conhecimento são o debate, o livre arbítrio, o percurso, o desafio e o sabor da conquista.

A Educação e Escola Pública e o Ensino Superior afiguram-se como últimos baluartes contra os avanços da necropolítica, comprometedora do futuro e que eterniza o presente.

Na senda do pensamento crítico, para a autonomia do pensamento contribuem as “ferramentas conceptuais, históricas, poéticas e estéticas que nos devolvam a capacidade pessoal e coletiva de combater os dogmas [do progresso infinito, da hiperinformação, da inevitabilidade tecnológica, da meritocracia] e os seus efeitos políticos” (idem, ibidem, p. 38).

O acesso de todos à Educação é um dos pilares de qualquer programa político “emancipador”, orientado pelos conceitos de igualdade, liberdade e justiça.

A Escola tem de cumprir os ideais democráticos. Os ataques recentes e os que se adivinham obrigam à defesa intransigente da Educação e da Escola Pública. Este tem de ser um desiderato primordial do Bloco de Esquerda.

Subscrevem

Jorge Humberto Nogueira

Alexandra Vieira

Cátia Domingues

Maria José Vitorino

Nuno Pinheiro

Raúl Rasga

Maria Deolinda Martin

Catarina Vieira e Castro

Duarte Graça

Helena Amaral

Maria Veríssimo Vieira

Fabíola Cardoso



Miguel Correia
Sandra Costa
André Julião
Manuela Antunes
Paula Teixeira
Alexandre Mano
João Martins
Renato Silva
Almerinda Bento
Cristina Guedes
João Vasconcelos
Lúcia Cunha
Carlos Costa
Tiago Rolinho
Gina Alice Mateus
Nuno Pinheiro
Albertina Pena
André Azinheira
Tiago Castelhano
Deolinda Martin
Maria de Fátima Francisco